

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 30/4/2015, Seção 1, Pág. 61.

Portaria nº 435, publicada no D.O.U. de 30/4/2015, Seção 1, Pág. 60.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura		UF: RS
ASSUNTO: Recredenciamento da Universidade Católica de Pelotas, com sede no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.		
RELATOR: Gilberto Gonçalves Garcia		
e-MEC N°: 200905587		
PARECER CNE/CES N°: 263/2014	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 6/11/2014

I – RELATÓRIO

I. DADOS GERAIS DA IES	
Número do processo e-MEC: 200905587	
Data do protocolo: 16/6/2009	
Mantida: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	Sigla: UCPEL
Endereço: Rua Félix da Cunha, nº 412, Centro, Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	
Ato de credenciamento: Foi credenciada pelo Decreto Federal 49.088, de 7 de outubro de 1960, publicado no DOU em 10 de novembro de 1960.	
Mantenedora: SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA - SPAC	
Endereço: Rua Félix da Cunha, nº 412, Centro, Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	
Natureza administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado – Sem fins lucrativos – Associação de Utilidade Pública	
Outras IES mantidas? Não	
Breve histórico da IES: A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) é mantida pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC), Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública e está credenciada conforme Decreto Federal nº 49.088, de 7 de outubro de 1960, publicado no DOU de 7/10/1960. A UCPEL é a primeira Instituição de Educação Superior (IES) implantada no interior do Estado de Rio Grande do Sul, a partir da união de algumas faculdades existentes na época. Além disso, a referida IES também é reconhecida como uma instituição de referência local e regional, eis que se caracteriza por ser uma universidade comunitária, tendo em vista que além de estar ligada ao ensino e a pesquisa, também exerce uma função social naquela região, implicando na produção do conhecimento com o objetivo de promover a cultura, ciência e tecnologia. Em 16/6/2009 fora protocolizado no sistema e-MEC o processo de recredenciamento institucional, ora em análise.	

II. SITUAÇÃO DOS CURSOS**GRADUAÇÃO**

CURSO	MODALIDADE	ATO AUTORIZATIVO	PROCESSO e-MEC
(1517) Bacharelado em ADMINISTRAÇÃO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 706, de 18/12/2013, publicada no DOU em 19/12/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(119934) Bacharelado em ADMINISTRAÇÃO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 303, de 27/12/2012, publicada no DOU em 31/12/2012. Reconhecimento de Curso.	
(1543) Bacharelado em ANÁLISE DE SISTEMAS	Educação Presencial	Portaria MEC nº 1.115, de 08/09/1995, publicada no DOU em 11/09/1995. Reconhecimento de Curso.	
(1529) Tecnológico em ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1565) Tecnológico em ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Educação Presencial	Portaria MEC nº 1.037, de 09/04/2002, publicada no DOU em 10/04/2002. (portaria de reconhecimento provisório)	
(1534) Bacharelado em ARQUITETURA E URBANISMO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1532) Bacharelado em CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1537) Licenciatura em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(20277) Licenciatura em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Educação Presencial	Portaria SESu nº 426, de 27/07/2006, publicada no DOU em 28/07/2006. Reconhecimento de Curso (para fins de registro dos diplomas dos concluintes até o ano de 2006)	
(1523)	Educação	Portaria SERES nº 706, de	

Bacharelado em CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Presencial	18/12/2013, publicada no DOU em 19/12/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1522) Bacharelado em CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Educação Presencial	Portaria SERES nº 706, de 18/12/2013, publicada no DOU em 19/12/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(49996) Bacharelado em COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 706, de 18/12/2013, publicada no DOU em 19/12/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(103186) Tecnológico em DESIGN DE MODA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 04, de 24/01/2012, publicada no DOU em 25/01/2012. Reconhecimento de Curso.	
(1531) Bacharelado em DIREITO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 124, de 09/07/2012, publicada no DOU em 10/07/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	201402701 Renovação de Reconhecimento de Curso
(1560) Bacharelado em ECOLOGIA	Educação Presencial	Portaria MEC nº 2.091, de 21/12/2000, publicada no DOU em 26/12/2000. Reconhecimento de Curso.	
(42234) Licenciatura em EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Educação Presencial	Portaria MEC nº 2.969, de 23/10/2002, publicada no DOU em 24/10/2002. Reconhecimento de Curso.	
(89467) Bacharelado em ENFERMAGEM	Educação Presencial	Portaria SERES nº 606, de 17/03/2011, publicada no DOU em 21/02/2011. Reconhecimento de Curso.	
(1265978) Bacharelado em ENGENHARIA AMBIENTAL	Educação Presencial	Resolução CONSUP/UCPel nº 297, de 26/08/2013.	
(1511) Bacharelado em ENGENHARIA CIVIL	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1265977) Bacharelado em ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	Educação Presencial	Resolução CONSUP/UCPel nº 281 de 25/09/2012.	
(1512)	Educação	Portaria SERES nº 286, de	

Bacharelado em ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1536) Bacharelado em ENGENHARIA ELETRÔNICA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(42202) Bacharelado em FARMÁCIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 01, de 06/01/2012, publicada no DOU em 09/01/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(42203) Bacharelado em FARMÁCIA	Educação Presencial	Decreto Federal nº 83.301 de 26/03/1979, DOU 27/03/79. Reconhecimento de Curso.	
(45191) Bacharelado em FARMÁCIA	Educação Presencial	Decreto Federal nº 83.301 de 26/03/1979, DOU 27/03/79. Reconhecimento de Curso.	
(90207) Bacharelado em FARMÁCIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 01, de 06/01/2012, publicada no DOU em 09/01/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1513) Licenciatura em FILOSOFIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(301513) Bacharelado em FILOSOFIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(64838) Bacharelado em FISIOTERAPIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 01, de 06/01/2012, publicada no DOU em 09/01/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(103169) Tecnológico em GESTÃO DE TURISMO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 492, de 20/12/2011, publicada no DOU em 23/12/2011. Reconhecimento de Curso.	
(113881) Tecnológico em GESTÃO HOSPITALAR	Educação Presencial	Portaria SERES nº 24, de 12/03/2012, publicada no DOU em 16/03/2012. Reconhecimento de Curso.	
(1525)	Educação	Decreto Federal nº 66.187, de	

Bacharelado em JORNALISMO	Presencial	06/02/1970, publicada no DOU em 12/02/70. Reconhecimento de Curso.	
(49991) Bacharelado em JORNALISMO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 706, de 18/12/2013, publicada no DOU em 19/12/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(24532) Licenciatura em LETRAS - ESPANHOL	Educação Presencial	Decreto Federal nº 38.308, de 14/12/1955, publicado no DOU em 30/12/55. Reconhecimento de Curso.	
(45501) Licenciatura em LETRAS - ESPANHOL	Educação Presencial	Decreto Federal nº 38.308, de 14/12/1955, publicado no DOU em 30/12/55. Reconhecimento de Curso.	
(29345) Licenciatura em LETRAS - INGLÊS	Educação Presencial	Decreto Federal nº 38.308, de 14/12/1955, publicado no DOU em 30/12/55. Reconhecimento de Curso.	
(45496) Licenciatura em LETRAS - INGLÊS	Educação Presencial	Decreto Federal nº 38.308, de 14/12/1955, publicado no DOU em 30/12/55. Reconhecimento de Curso.	
(45497) Licenciatura em LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Educação Presencial	Decreto Federal nº 38.308, de 14/12/1955, publicado no DOU em 30/12/55. Reconhecimento de Curso	
(1514) Licenciatura em LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Educação Presencial	Portaria SERES nº 415, de 15/02/2011, publicado no DOU em 16/02/2011. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1538) Licenciatura em MATEMÁTICA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1518) Bacharelado em MEDICINA	Educação Presencial	Portaria SESu nº 1.181, de 23/12/2008, publicada no DOU em 26/12/2008. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1515) Licenciatura em PEDAGOGIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU em 27/12/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(20276)	Educação	Portaria MEC nº 3.799, de	

Licenciatura em PEDAGOGIA	Presencial	17/11/2004, publicada no DOU em 18/11/2004. Reconhecimento de Curso.	
(110309) Tecnológico em PRODUÇÃO FONOGRAFICA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 118, de 27/06/2012, publicada no DOU em 28/06/2012. Reconhecimento de Curso.	
(1516) Bacharelado em PSICOLOGIA	Educação Presencial	Portaria MEC nº 706, de 18/12/2013, publicada no DOU em 19/12/2013. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(49996) Bacharelado em PUBLICIDADE E PROPAGANDA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 124, de 09/07/2012, publicada no DOU em 10/07/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1540) Licenciatura em QUÍMICA	Educação Presencial	Portaria MEC nº 500, de 20/12/1983, publicado no DOU em 22/12/1983. Reconhecimento de Curso.	
(55258) Bacharelado em QUÍMICA AMBIENTAL	Educação Presencial	Resolução CONSUN/UCPel – Ata nº 214 de 20/12/2001, publicada no DOU em 20/12/2001. Autorização	
(50000) Bacharelado em RELAÇÕES PÚBLICAS	Educação Presencial	Decreto Federal nº 66.187, de 06/02/1970, publicada no DOU em 12/02/70. Reconhecimento de Curso.	
Secretariado Organizacional – Formação Trilingue			
(1526) Bacharelado em SERVIÇO SOCIAL	Educação Presencial	Portaria SERES nº 01, de 06/01/2012, publicada no DOU em 09/01/2012. Renovação de Reconhecimento de Curso.	
(1530) Bacharelado em TEOLOGIA	Educação Presencial	Reconhecimento de Curso.	
(41827) Sequencial em TURISMO CULTURAL	Educação Presencial	Portaria MEC nº 722, de 14/03/2002, publicada no DOU em 15/03/2002. Reconhecimento de Curso.	
PÓS-GRADUAÇÃO			
<i>Lato sensu?</i> Sim			
Quantos presenciais?	40	Quantos a distância?	0
<i>Stricto sensu?</i> Sim			

Quais programas e conceitos?					
Programas	Conceito				
Mestrado Acadêmico em ENGENHARIA ELETRÔNICA E COMPUTAÇÃO	3				
Mestrado Acadêmico em LETRAS	5				
Doutorado em LETRAS	5				
Mestrado Acadêmico em POLÍTICA SOCIAL	4				
Doutorado em POLÍTICA SOCIAL	4				
Mestrado Profissional em SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA E ADOLESCENTE	4				
Mestrado Acadêmico em SAÚDE E COMPORTAMENTO	5				
Doutorado em SAÚDE E COMPORTAMENTO	5				
RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO					
ÁREA	ANO	ENADE	IDD	CPC	CC
ADMINISTRAÇÃO (1517)	2012	2	-	3	-
ADMINISTRAÇÃO (119934)	2012	4	-	S/C	4
ANÁLISE DE SISTEMAS	2008	2	-	-	-
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (1529)	2011	4	-	4	-
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (1565)	-	-	-	-	-
ARQUITETURA E URBANISMO	2011	3	3,2420	3	4 (2012)
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	2011	3	4,0255	3	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (1537)	2011	3	-	4	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (20277)	2005	2	-	-	-
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2012	3	2,3927	3	-
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2012	2	2,2845	3	-
COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2012	3	-	4	-
DESIGN DE MODA	2009	5	3,7511	4	4 (2011)
DIREITO	2012	3	2,0324	3	-
ECOLOGIA	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	-	-	-	-	-
ENFERMAGEM	2010	3	2,5705	4	4 (2008)
ENGENHARIA AMBIENTAL	-	-	-	-	-
ENGENHARIA CIVIL	2011	3	2,9209	3	-
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	-	-	-	-	-
ENGENHARIA ELÉTRICA	2011	2	2,6730	3	-
ENGENHARIA ELETRÔNICA	2011	3	3,3689	3	-
FARMÁCIA (42202)	2010	4	2,7737	3	-
FARMÁCIA (42203)	2007	2	2,7737	2	-
FARMÁCIA (45191)	2010	4	2,7737	3	-
FARMÁCIA (90207)	2010	4	2,7737	3	4 (2011)
FILOSOFIA (1513)	2011	5	2,0713	4	-

FILOSOFIA (301513)	2011	3	2,0713	3	-
FISIOTERAPIA	2010	3	2,3719	3	3 (2008)
GESTÃO DE TURISMO	2009	4	-	4	4 (2011)
GESTÃO HOSPITALAR	2010	5	-	4	4 (2011)
JORNALISMO (1525)	-	-	-	-	-
JORNALISMO (49991)	2010	3	-	3	-
LETRAS – ESPANHOL (24532)	2008	3	1,9821	3	-
LETRAS – ESPANHOL (45501)	-	-	1,9821	-	-
LETRAS – INGLÊS (29345)	2008	3	1,9821	3	-
LETRAS – INGLÊS (45496)	-	-	1,9821	-	-
LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	2008	3	1,9821	3	-
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	-	-	1,9821	-	-
MATEMÁTICA	2011	2	1,8738	3	3 (2010)
MEDICINA	2010	4	2,7986	3	3 (2008)
PEDAGOGIA (1515)	2011	4	3,2305	4	-
PEDAGOGIA (20276)	-	-	3,2305	-	-
PRODUÇÃO FONOGRAFICA	-	-	-	-	4 (2012)
PSICOLOGIA	2012	3	1,8419	4	-
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-	-	4	-	-
QUÍMICA	2005	2	1,8903	-	-
QUÍMICA AMBIENTAL	2008	2	-	2	5 (2006)
RELAÇÕES PÚBLICAS	2009	3	-	-	-
SECRETARIADO ORGANIZACIONAL – FORMAÇÃO TRILINGUE					
SERVIÇO SOCIAL	2010	4	1,7360	4	4 (2008)
TEOLOGIA	-	-	-	-	-
TURISMO CULTURAL	-	-	2	-	-

III. RESULTADO IGC

ANO	CONTÍNUO	FAIXA
2012	3,0479	4
2011	2,9898	4
2010	2,86	3
2009	2,65	3
2008	2,57	3
2007	2,56	3

IV. HISTÓRICO DO PROCESSO

O processo de credenciamento institucional da UCPel inicialmente tramitou na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, na etapa do Despacho Saneador, após as análises técnicas dos documentos apresentados pela IES, quais sejam, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Regimento e documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, obteve resultado satisfatório (14/5/2010).

Na sequência, o processo foi encaminhado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para os procedimentos de avaliação *in loco*.

A Comissão de Avaliação realizou visita no período de 5 a 9 de dezembro de 2010 e aferiu que a IES apresenta **Conceito Institucional “4” (quatro)**, equivalente a um perfil BOM de qualidade, e produziu o relatório sob o código nº 80805, atribuindo os seguintes conceitos às

dimensões avaliadas:

DIMENSÃO		CONCEITO
1	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	3,0
2	A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	4,0
3	A responsabilidade social da instituição (inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural)	4,0
4	A comunicação com a sociedade	4,0
5	As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	3,0
6	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	3,0
7	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	3,0
8	Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional	4,0
9	Políticas de atendimento aos discentes	4,0
10	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	3,0

Quanto aos apontamentos realizados pelos avaliadores, destacam-se:

*[...] Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - Conceito 3
As propostas constantes no PDI 2008/2012, o qual foi estruturado a partir das dez dimensões do SINAES estão sendo adequadamente implementadas, cumprindo o cronograma proposto e orientando as ações institucionais desenvolvidas no período.*

Nesse sentido, observam-se iniciativas institucionais, a fim de permitir que o PDI se torne num efetivo projeto de gestão acadêmico-administrativo, como por exemplo, a sensibilização e mobilização da comunidade universitária acerca da sua importância para a vida acadêmica. Há busca de sintonia entre o planejamento e a auto-avaliação institucional e as avaliações externas, constatando-se que as ações de gestão administrativa e acadêmica têm privilegiado o atendimento às fragilidades identificadas nos mesmos, incluindo-se aí as avaliações realizadas pela CPA e Enade. As discussões do PDI tem sido contínuas e são utilizadas para a revisão de metas e detalhamento de ações, buscando a qualidade e a sustentabilidade da IES e o cumprimento de sua missão, no contexto no qual está inserida. Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

*Dimensão 2 – A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades – Conceito 4
Verificou-se que as políticas de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão praticadas pela IES encontram-se coerentes com o PDI e com as observações "in loco". (...)*

Em relação ao desempenho obtido no ENADE, observa-se que, em média, os cursos obtiveram nota três. As atividades de pesquisa e iniciação científica estão consolidadas em algumas áreas na IES, com quatro programas de pós-graduação "stricto sensu". Em nível "lato sensu", atualmente são ofertados 13 cursos, que atendem o município e região. A IES possui coordenações direcionadas para a pesquisa, com regulamentos próprios e responsáveis pela implantação das políticas de pesquisa e iniciação científica, acompanhamento das atividades e da produtividade dos docentes. A IES participa do programa PIBIC/CNPq e outros, com atualmente 130 bolsas de iniciação científica, com adequada consolidação e divulgação junto à comunidade acadêmica. A IES possui cinco grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e dez bolsistas de produtividade do CNPq. Para a publicação dos estudos, a IES possui uma editora (EDUCAT), responsável por cinco revistas científicas indexadas e vários títulos, cobrindo expressivas áreas do saber. A IES possui quatro cursos de Mestrado e dois Doutorados aprovados e avaliados pela Capes, sendo dois mestrados e doutorados avaliados com nota 5,0 (cinco), na avaliação trienal de 2010. As políticas de pesquisa e de ensino de pós-graduação estão em consonância com o PDI e se originam da união dos grupos de pesquisa produtivos inseridos na IES. A IES tem gradativamente aumentado o número de alunos atendidos nos programas de Pós-Graduação, com destaque para uma adequada integração entre alunos de iniciação científica e alunos de pós-graduação junto aos projetos de pesquisa. A IES concede bolsas de estudo próprias, junto aos programas de pós-graduação "stricto sensu", para os melhores ex-alunos aprovados no processo seletivo, para seus docentes e funcionários. (...) A IES dispõe de convênios com parceiros estatais, sociais e econômicos, em âmbito nacional e internacional, visando a realização de projetos, com destaque para o Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR), no qual se agregam a Incubadora de Empresas, a Empresa Júnior e o Instituto Técnico de Estudos e Pesquisas, com objetivo de promover a interação com o setor produtivo, a partir dos conhecimentos científicos produzidos, permitindo a elaboração de programas e projetos para o atendimento às necessidades da região. Observa-se uma preocupação da IES em fomentar atividades extensionistas que tenham relevância acadêmica, científica e social às necessidades do seu entorno, o que demonstra coerência entre identidade institucional e ações de extensão, vinculando-se adequadamente à formação do aluno, constituindo-se em um importante parâmetro ético e epistemológico para a pesquisa e instrumento pedagógico para a formação integral de docentes e discentes. Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 3 - A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural - Conceito 4

De acordo com a documentação expressa no PDI e a observação "in loco", foi possível verificar o desenvolvimento de várias ações voltadas à responsabilidade social da IES, as quais se originam de políticas relacionadas às necessidades da comunidade local. Nesse sentido, podem ser citados os convênios firmados com órgãos públicos, como o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, que visa o melhoramento dos produtos e processos produtivos de seus beneficiários, o qual engloba, presentemente, 18 iniciativas. Além disso, há o Programa de Arte e Cultura, que incentiva atividades de arte e cultura nas comunidades do entorno; os Projetos Comunidade Viva; o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) e o Projeto de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania (PAIC). Destacam-se também os atendimentos realizados à comunidade carente, por meio das clínicas-escola (Medicina; Psicologia, Fisioterapia); o serviço de Assistência

Judiciária Gratuita; projetos variados de inclusão social e digital como o Projeto Rede de Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, além de parcerias com a Secretaria de Justiça e da Segurança do Estado, com a EMBRAPA, entre outras. Considerando a necessidade de possibilitar o estudo universitário para alunos de estratos sociais desprivilegiados, a IES participa do PROUNI, FIES e possui no âmbito local, o Programa de Bolsas de Monitoria. Em relação à defesa do meio ambiente, há o Programa de Educação Ambiental, com destaque para o Projeto BioAção, cujo objetivo é a conscientização da comunidade para os problemas relativos ao aquecimento global, água, petróleo, biodiversidade e resíduos. Em se tratando de ações voltadas para a preservação cultural, a IES promove e apoia grupos culturais, representados pelo Clube Cultural Fica Ahí, Sociedade Musical União Democrata e Escola Almirante Raphael Brusque, na Colônia de Pescadores Z3. Desse modo, verifica-se coerência entre as ações de responsabilidade social efetivamente praticadas, com as descritas no PDI.

Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade - Conceito 4

A política de comunicação e marketing da IES tem papel estratégico no âmbito do seu PDI e vem sendo instrumentalizada em consonância com ele. Na IES existem duas instâncias principais responsáveis pela comunicação com a sociedade. Uma é a Assessoria para Comunicação e Marketing (ACM) e a outra o Sistema de Apoio à UCPel (SAPU). Ambas operam de maneira articulada, provendo informações, dados e notícias a públicos variados. Esses podem ser discriminados, basicamente, em dois: o interno e o externo. O primeiro diz respeito aos atores da própria IES (professores, alunos e funcionários) e o segundo aos demandantes/provedores externos, parceiros institucionais e público em geral. (...) Na IES existem rádio e TV universitárias que servem a propósitos pedagógicos (servindo à formação de discentes da área de comunicação e jornalismo), culturais e de divulgação, possuindo forte inserção local. Recentemente aconteceu um processo de integração de mídias, quando da criação da home page da IES. Nessa ocasião, as sinergias e complementariedades entre elas foram ampliadas, elevando a capacidade de comunicação dos atores dentro e fora da IES. No que diz respeito à ouvidoria, ela foi instituída recentemente (2009), no contexto de implementação da política de comunicação. A primeira iniciativa de criação da ouvidoria consistiu em abrir um link na página da IES, cujas mensagens eram repassadas aos órgãos internos aos quais elas se dirigiam. A fragmentação e dificuldade de controle dessa experiência fizeram emergir uma proposta de institucionalização da ouvidoria, que hoje possui normas de procedimento, estrutura administrativa de apoio com um coordenador responsável e espaço físico de atendimento individual. Os avaliadores identificaram o teor das mensagens recebidas e o encaminhamento dado a elas.

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho - Conceito 3

A IES vem passando por reestruturação organizacional originada de aguda crise financeira que teve seu pico no biênio 2007/2008, conforme observado na documentação apresentada quando da visita "in loco". Nesse contexto, os objetivos e metas contidos no PDI em relação a este quesito estão compatíveis com a prática de gestão de pessoas posta em execução e exigida para o enfrentamento daquela situação. Os aspectos centrais da reestruturação proposta foram divididos em dois: a) reformular as políticas de carreira, cargos e salários de

docentes e funcionários, buscando adequá-los aos padrões vigentes no mercado educacional regional; b) promover melhorias nos processos e procedimentos administrativos, visando a economia de recursos e a elevação da eficiência. As mudanças na primeira dimensão encontram-se avançadas, tendo sido protocolada junto ao Ministério do Trabalho a proposta da nova carreira, bem como encaminhadas a termo as conversações com os sindicatos docentes e de funcionários. Esse movimento tem implicado em algumas concessões trabalhistas (na forma de redução do salário nominal concomitante à redução da jornada de trabalho) e um pequeno aumento na rotatividade do corpo docente. No que diz respeito especificamente ao corpo docente, seu perfil revela um número de titulados bem acima daquele mínimo exigido pela legislação. Por sua vez, os dados obtidos sobre o regime de trabalho indicam que a percentagem de docentes em tempo integral vem sendo atendida, com percentual ligeiramente superior ao mínimo exigido por lei. Há que se comentar que a maior parte dos docentes titulados e em regime de tempo integral estão vinculados aos programas de pós-graduação "stricto sensu". Em relação ao segundo aspecto supracitado, se tem buscado informatizar e integrar processos de gestão, o que tornará redundante, em futuro breve, parte do corpo administrativo; de outro lado, vem sendo ofertadas condições para o treinamento e aperfeiçoamento de parte dos funcionários, assim como dos mecanismos de avaliação de seu desempenho. Apesar da natureza de tais mudanças, elas vem ocorrendo por meio do diálogo entre os agentes internos à IES e dirigidos a produzir consensos acerca de como distribuir o ônus dos ajustes institucionais necessários. Constata-se, portanto, que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios - Conceito 3

A vida acadêmica encontra-se relativamente institucionalizada, tendo sido verificado o funcionamento regular e relativamente autônomo dos colegiados de curso, de centro e superiores da IES. Em todos é assegurada a representação discente e docente, embora os funcionários não encontram representação formal em nenhum deles. Apesar da tendência recente de ampliação da representação em vários colegiados (por exemplo, o de curso conta agora com a participação de todos os docentes nele lotados) não há nenhum mecanismo de incentivo (seja financeiro ou acadêmico) para tal participação. Isso seria importante em especial na representação discente. Esse aspecto é relevante porque, a partir da nova estratégia competitiva abraçada pela IES, cabe um papel central em termos de gestão acadêmica e principalmente financeira às sub-unidades, particularmente aos cursos. Não se pôde aprofundar a compreensão da natureza da relação entre mantenedora e mantida, mas ela é aparentemente amistosa, desfrutando a mantida de grande autonomia acadêmica e financeira. Percebeu-se que no enfrentamento da crise as duas instâncias trabalharam comprometidas, tendo a mantenedora autorizado a desmobilização de ativos para amortizar o passivo financeiro, conforme relatado em reunião com os dirigentes. Por fim, é preciso realçar a participação de representantes da sociedade local nos conselhos consultivos da IES, expressão em parte da sua inserção na comunidade, em especial na Comissão Permanente de Avaliação, onde seus representantes têm sido ativos participantes. Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação - Conceito 3

O PDI da IES apresenta um conjunto de metas e compromissos que vêm sendo, gradualmente, contemplado em termos de oferta e adequação das instalações. Existe um embrião de plano diretor para o espaço físico ainda carente de especificação e detalhamentos de objetivos, metas e prazos necessários para a constituição de um verdadeiro plano. Isto flagra a ausência de uma perspectiva geral que possa identificar as necessidades presentes, otimizando seu uso e antecipar as necessidades futuras no que diz respeito a instalações e equipamentos. As instalações físicas e a infraestrutura da IES localizam-se em vários imóveis de construção antiga, distribuídos em diferentes unidades. Tais imóveis exigiram (e alguns estão a exigir) reformas e adaptações que encontram limites físicos (o tamanho, estrutura e localização do imóvel), legais (tombados pelo patrimônio histórico) e financeiro (valor elevado das reformas). Esses aspectos gerais limitam, mas não comprometem as condições de conforto em suas várias dimensões, acessibilidade e segurança. (...) As bibliotecas dispõem de bom acervo, boas condições de instalação, manutenção e de sistemas de aquisição. As salas de aula, instalações sanitárias e laboratórios são satisfatórios (...).

Pelo exposto, constata-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional - Conceito 4

A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) por meio de sua CPA, tem planejado e implementado uma proposta de auto-avaliação baseada no referencial teórico e nas orientações da CONAES/INEP. Os resultados e a eficácia da auto avaliação institucional da UCPel estão coerentes com o especificado no PDI. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) está implementada e quando da avaliação "in loco", constatou-se que a mesma está estruturada e com integrantes de cada segmento da IES (cinco membros do corpo docente, três do corpo técnico-administrativo, dois do corpo discente) e dois representantes da sociedade civil. A CPA tem tido uma frequência regular de reuniões, cujas atas registram todas as suas atividades. Constatou-se, quando das reuniões "in loco", que os resultados das avaliações estão disponíveis e têm sido divulgados para a comunidade. Percebeu-se, ainda, a existência de uma cultura avaliativa por meio da organização dos relatórios e da divulgação dos resultados. A Comissão Própria de Avaliação, reconhece sua importância para a melhoria da comunicação interna e de ações para o planejamento institucional em diversos itens, tendo sido inclusive citados exemplos nos quais, sugestões de melhorias levantadas quando das avaliações, foram implementadas pela direção da IES. Não há ainda a participação de egressos no processo de auto-avaliação. Nas avaliações realizadas são utilizados formulários em papel (funcionários técnico-administrativos) e eletrônicos, através do Sistema de Apoio à UCPel (SAPU), mas a sensibilização da comunidade ainda é insuficiente para motivar uma representação significativa no processo e a implementação de algumas mudanças necessárias conforme constatado quando das reuniões com os diversos segmentos.

Assim, os indicadores avaliados desta dimensão configuram um quadro além do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes - Conceito 4

O PDI 2008-2012 aborda questões de atendimento aos discentes, que refletem as ações praticadas pela IES. Existem programas institucionalizados de monitoria, de Iniciação Científica e de Extensão. Na reunião com docentes e com discentes foi relatado a existência de atividades regulares de nivelamento nas disciplinas de Matemática e de Português. Há também um serviço de atendimento psicopedagógico no núcleo de atendimento aos

estudantes (NAE) compartilhado com o atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais e acolhedor dos alunos que necessitam de bolsa para sua permanência na IES. Existe um programa de mobilidade estudantil que permite aos estudantes realizarem intercâmbio internacional com instituições de diversos países e um programa de bolsa trabalho e de alocação dos alunos em atividades de estágios obrigatórios e não-obrigatórios.

Na reunião com os discentes foi relatado, também, que há apoio institucional esporádico à participação em eventos científicos e ressaltado a importância de eventos culturais, científicos e extensionistas, como o Salão Universitário realizado anualmente, no segundo semestre. A IES não possui um complexo esportivo, mas incentiva a atividade, promovendo times de futebol de campo e de salão, e patrocinando atividades culturais e artísticas. Oferece apoio à divulgação científica na forma de complementação financeira e possibilita a publicação de artigos dos docentes e discentes nas cinco revistas que possui.

O acesso ocorre por meio de prova de admissão (vestibular), com possibilidade de ingresso por transferência e ingresso de diplomados. Os alunos religiosos são mantidos com bolsas integrais da mantenedora. Os demais alunos podem obter descontos nas mensalidades escolares (bolsas de IC, extensão, trabalho). Existem programas institucionalizados de monitoria e de nivelamento. Há um serviço de suporte psicopedagógico no Núcleo de Atendimento as Estudantes, encarregado de diagnosticar e acompanhar as necessidades identificadas. Quando da reunião com os discentes, houve elogios à IES de maneira geral, com relatos do apoio institucional aos eventos comunitários de extensão e de prestação de serviços à comunidade. Ressaltaram a possibilidade de organização e participação em diversas atividades culturais, de conservação do patrimônio e do meio ambiente. É instituição filantrópica, participando dos programas PROUNI e FIES. Além disso, a IES orienta e encaminha os estudantes a outras modalidades de financiamento como o PRAVALER. Oferece descontos nas mensalidades para funcionários e familiares (até 70%). Quando das reuniões "in loco" percebeu-se que têm ocorrido algumas ações de motivação sobre a importância do ENADE. Houve elogios de alunos com relação às aquisições recentes da biblioteca e da melhorias dos laboratórios de informática.

Um acompanhamento mais formal de egressos, ocorreu recentemente através de uma pesquisa telefônica com vários ex-alunos e da criação de um espaço específico (portal do egresso) para contato mais frequente do egresso com a IES. Não se verificou, contudo, uma avaliação específica dos egressos que fosse utilizada no planejamento da IES.

Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro além do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior - Conceito 3

Os aspectos financeiros orçamentários para a sustentabilidade econômico-financeira da IES estão coerentes com as ações descritas no PDI 2008-2012. No PDI estão descritos os objetivos e metas a serem atingidos no período. No formulário eletrônico foram disponibilizadas as previsões de receitas e despesas para cinco anos. Foi apresentada uma projeção orçamentária e cronograma de execução (com investimentos em infraestrutura física, biblioteca, equipamentos de informática, outros), que não está sendo realizado de acordo com o programado no PDI. Quando da visita "in loco" a comissão de avaliação foi informada que a queda na receita e os ajustes que estão implementados nas despesas, são decorrentes de uma forte expansão da oferta do ensino superior no município, com o oferecimento de novos cursos pela Universidade Federal e implantação de outras IES privadas, com uma estrutura de custos muito reduzida.

Há expressiva independência financeira entre mantida e mantenedora. As questões

orçamentárias são discutidas no Conselho Superior (com participação dos representantes da mantenedora) com as decisões de investimentos tomadas pela reitoria, ouvidas as diretorias acadêmica e financeira e o setor de contabilidade. Os valores programados para as receitas (mensalidades, taxas) ficaram abaixo das planejadas no PDI nos anos de 2008 e 2009. A quase totalidade da receita da UCPel advém das mensalidades dos alunos, e a redução da demanda por alguns cursos tem criado a necessidade de uma reestruturação orçamentária. A IES tem dívidas com os bancos locais, em razão da aquisição de imóveis para expansão de suas instalações e de empréstimos, a qual foi recentemente renegociada e alongada. Apesar de existirem discrepâncias entre os valores programados e realizados do orçamento, percebeu-se um controle efetivo entre a captação de recursos e as despesas correntes e de investimento, que projetam uma sustentabilidade financeira à instituição.

Não há contudo, uma política explícita de expansão física e de aquisição de equipamentos e mobiliário, condizente com os programas de ensino e demais atividades acadêmicas da IES. Na visita "in loco", percebeu-se uma política de investimento na aquisição de livros para os diferentes cursos, que funciona pela transmissão automática para a biblioteca de autorização pelos coordenadores, da compra dos livros constantes nos planos atualizados das disciplinas, o que foi elogiado pelos estudantes e pelos docentes.

Pelo exposto, consta-se que os indicadores desta dimensão configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

A Comissão de Avaliação considerou atendidos todos os requisitos legais.

Convém destacar que o relatório de avaliação produzido pela Comissão não foi impugnado pela IES, nem tampouco pela SERES.

Anoto-se, ainda, que posteriormente a SERES entendeu por bem instaurar uma diligência para melhor aferir as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência na IES. Em resposta à diligência instaurada a UCPel demonstrou que segue os padrões mínimos de acessibilidade exigidos pela lei, o que ocasionou, conseqüentemente, na emissão de parecer final favorável pela SERES quanto ao credenciamento da referida IES.

V. PARECER FINAL DA SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ao término da instrução processual do requerimento de credenciamento institucional, a SERES, em 20 de setembro de 2013, emitiu parecer no seguinte sentido:

Considerando o disposto na legislação vigente, as informações e documentos apresentados pela IES, pesquisas realizadas no Sistema e-MEC e o Relatório nº 80805, recomenda-se o credenciamento da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (...).

VI. CONSIDERAÇÕES DO RELATOR

De acordo com os elementos carreados aos autos e ao presente relatório, verifico que a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) atendeu todos os requisitos legais para seu credenciamento, sendo bem avaliada pela comissão do INEP na visita *in loco* e, ainda, além de atender prontamente a diligência requerida outrora pela SERES, demonstrou estar em consonância com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito à acessibilidade à pessoa com deficiência.

Em que pesem algumas fragilidades encontradas, que certamente requerem ações de melhorias por parte dos dirigentes institucionais, constatei que a IES, de modo geral, atende às exigências dispostas na Resolução CNE/CES nº 3/2010. A IES oferta atualmente 5 (cinco) cursos de mestrado e 3 (três) de doutorado, possui o percentual exigido de corpo docente em regime de tempo integral, bem como o número mínimo estabelecido de docentes titulares de mestrado ou doutorado. Na última avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), seu Conceito Institucional foi 4.

Neste sentido, convém destacar que a UCPel vem se empenhando para cumprir com a sua missão e consecução dos seus fins, fato este que pode ser comprovado pelo histórico dos resultados mantidos no Índice Geral de Cursos (IGC) iguais ou superiores a 3 (três) de 2007 a 2012 (índice 4 no ano de 2012), bem como o resultado satisfatório obtido na avaliação institucional.

Portanto, nota-se que os esforços despendidos pela UCPel gerou resultados positivos, comprovando, com isso, que está preparada para dar continuidade às atividades acadêmicas, bem assim a cumprir com seu papel enquanto Instituição de Ensino Superior, ofertando um ensino de qualidade, que atenda ao referencial mínimo exigido em nossa legislação.

Enfim, considerando que o presente processo foi fartamente instruído, apresentando todas as informações de forma clara e consistente, submeto à Câmara de Educação Superior deste órgão colegiado o voto abaixo.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao credenciamento da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), mantida pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC), Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública, ambas localizadas na Rua Félix da Cunha, nº 412, bairro Centro, Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, observados tanto o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme o artigo 4º, *caput*, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, bem como art. 8º, *caput*, da Resolução CNE/CES nº 3/2010.

Brasília (DF), 6 de novembro de 2014.

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2014.

Conselheiro Erasto Fortes Mendonça – Presidente

Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco – Vice-Presidente